



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Direito e Sociedade

Atena
Editora
Ano 2019

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

Direito e Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D598	Direito e sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Direito e Sociedade; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-442-9 DOI 10.22533/at.ed.429190507 1. Sociologia jurídica. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Série. CDD 340.115
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Direito e Sociedade – Vol. 01** – corresponde a uma coletânea que reúne vinte e cinco capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade e que, direta ou indiretamente, encontram ecoar no contexto jurídico. A atualidade pede a cada um de nós uma maior atenção para os atos individuais e coletivos, privados e públicos, de modo a sempre voltar atenções para a coletividade, esta que permanece a ter o seu bom desenvolvimento minorado pelos anseios essencialmente marcados pela primazia do particular em detrimento do geral. Deste modo, e tomadas por essa premissa de ações sociais que encontram diálogo com o meio jurídico, aqui estão selecionadas contribuições que, se assim podemos delimitar, englobam temáticas de direitos fundamentais – personalidade, moradia, saúde, trabalho e outros –, extensão e educação.

Partindo para os capítulos, temos:

- **DIREITO E LITERATURA: APONTAMENTOS ACERCA DA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA**, de Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, propõe um estudo a respeito da permissibilidade ou não da publicação de biografias não autorizadas a partir de um enfoque marcado na interdisciplinaridade, o que possibilita um diálogo entre os estudos jurídicos e os estudos literários.
- **A INCIDÊNCIA DOS DIREITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS**, de Daniela Lavina Carniato, discute a eficácia dos direitos humanos na seara privada e a influência da principiologia presente no constitucionalismo como maneira de estabelecer um novo olhar nas relações entre particulares.
- O direito a construir uma nova vida social sem o peso do contínuo rememorar sempre condenatório da culpa do passado está presente em **DIREITO AO ESQUECIMENTO: A DIGNIDADE DOS “EX- PRESIDÁRIOS” E SUAS FAMÍLIAS**, de Luciano Lavor Terto Júnior, que, ao evocar a dignidade da pessoa humana, apresenta o direito ao esquecimento como sendo este a ferramenta capaz de dar uma nova oportunidade de retomada de uma vida social para aquele que outrora errou e pagou pela sua conduta reprovável.
- **A INTERNET DAS COISAS NA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DE UMA SOCIEDADE UBÍQUA**, de Alberto Mateus Sábato e Sousa, aborda a necessidade de proteger os direitos fundamentais diante das problemáticas trazidas pela modernização, esta marcada com a evolução da informatização e com o desenvolvimento da Internet das Coisas.
- Marcado no crescimento desordenado dos espaços urbanos está **A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O DIREITO À CIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO ESTRATÉGICO DE BOA VISTA**, de Bruna Rodrigues de Oliveira,

Rodrigo Ávila e Sued Trajano, que, ao destinar atenção para a realidade de Boa Vista, acaba por abranger uma problemática em que orbita a maioria dos municípios brasileiros.

- Outro embaraço que permeia a realidade de nossas cidades e que corresponde responsabilidade do poder público em zelar diz respeito à moradia, esta lacuna é dialogada em **EFETIVIDADE DO DIREITO À MORADIA NA COMUNIDADE DE AREIA**, de Daniela Campos Libório e Mariana Vilela Corvello, ao passo que indica como direito humano não apenas ter um espaço físico para residir, mas sobretudo ter qualidade e dignidade para desenvolver as suas habilidades enquanto sujeito de direitos.
- **DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA POTÁVEL**, de Juliana Caixeta de Oliveira, frisa o acesso à água como um direito humano do indivíduo, sendo uma temática que versa não somente sobre escassez de abastecimento, mas que atinge também aos casos de enchentes e alagamentos.
- **AS AFIRMATIVAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DE UMA LEITURA INTERPRETATIVA CONSTITUCIONAL DA LEI 12.711/2012**, de Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra, Rômulo Soares Cattani, Maria Paula da Rosa Ferreira, Thomaz Delgado de David e João Antônio de Menezes Perobelli, envolve considerações sobre a democratização do ensino promovido por meio do aparato constitucional contemporâneo, além de prestar atenção na importância das políticas de ações afirmativas para esse regular desenvolvimento, posto que essas aludidas ações permitem a inclusão de sujeitos que antes restavam marginalizados ao processo.
- Rememorando a obra de destaque de Orwell e estabelecendo um paralelo com depoimentos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, **ENTRE O FATO E A FANTASIA: A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA E A OBRA 1984, DESFAZENDO A ILUSÃO POR TRÁS DOS REGIMES DITATORIAIS**, de Giulia Alves Fardim e Rafael Carrano Lelis, retrata, por meio do diálogo entre direito e literatura, o desrespeito aos direitos humanos por ações de instituições estatais que, mediante o seu ofício primeiro, deveriam promover e incentivar o cumprimento das legislações nacionais e internacionais no tocante ao tema.
- Uma parcela de militares nacionais foi decisiva para a não participação brasileira na Guerra da Coreia, esse é o debate trazido por **MILITARES EM REVOLTA: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA GUERRA DA COREIA (1950-1953)**, de Ricardo Santos da Silva, que trata de violações de direitos humanos que foram disparadas contra estes militares pelo fato de serem alinhados com a esquerda.
- Alcançando a temática da saúde, **MENDIGANDO SALUD: PROBLEMÁTICA**

CA DE ATENCIÓN EN SALUD – PERSONAS PRIVADAS DE LA LIBERTAD, de Elsa Carolina Giraldo Orejuela, expõe, fundado na realidade colombiana, como é a relação entre atenção à saúde e a situação de pessoas que cumprem pena em regime de privação de liberdade.

- Também contemplando saúde e realidade prisional, mas agora alicerçado do prisma brasileiro, temos **DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL À SAÚDE NOS PRESÍDIOS FEDERAIS BRASILEIROS E A TEORIA DA TRANS-NORMATIVIDADE**, de Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira, que analisa a condicionante de isolamento prolongado e rigoroso, próprio dos presídios federais, para a saúde mental dos detentos.
- **A PÍLULA DO MILAGRE: O CASO DA FOSFOETALONAMINA SINTÉTICA**, de Rodrigo Cerqueira de Miranda, alude, com base na fosfoetilonamina sintética, de substâncias que, mesmo sem registro científico, restam utilizadas e pleiteadas judicialmente por indivíduos que acreditam na eficácia desses preparos.
- Saúde e ocupação laboral encontram espaço em **RESPONSABILIDADE CIVIL DIANTE DOS IMPACTOS CAUSADOS POR EXPOSIÇÃO AOS AGROTÓXICOS À SAÚDE HUMANA**, de Susan Costa, Manoel Baltasar Baptista da Costa e Hildebrando Herrmann, que enfoca a exposição aos agrotóxicos como fator extremamente perigoso e fomentador de riscos ocupacionais para aqueles que trabalham na atividade agrícola.
- Em **CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO ESCRAVO: UMA ANÁLISE DO SEU COMPORTAMENTO NO ESTADO DE GOIÁS**, de Cláudia Glênia Silva de Freitas e Jackeline Maciel dos Santos, há o cuidado de pautar o trabalho escravo baseado nas atuais compreensões sobre o tema, bem como observando a realidade do Estado de Goiás, o sétimo estado brasileiro no ranking de trabalhadores encontrados em situação semelhante à escravidão.
- Gilberto Freyre é recordado em **“A SENZALA MODERNA É O QUARTINHO DA EMPREGADA”**: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE VIDA DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL quando Camila Rodrigues da Silva e Thiago Henrique de Almeida Bispo examinam os abusos e experiências vivenciadas relatadas por empregadas domésticas na comunidade “Eu, Empregada Doméstica” hospedada na rede social Facebook.
- **REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA E OS PREJUÍZOS DA FLEXIBILIZAÇÃO/PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS: ANÁLISE DA VALORIZAÇÃO DOS ACORDOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO**, de Marcelo Gomes Batestrin e Jales Ferreira das Neves, salienta para a violência neoliberal que a legislação trabalhista enfrenta nos últimos anos no território nacional e a consequente supressão de direitos sociais anteriormente conquistados.

- (Re)construção das unidades familiares após o enfrentamento no Poder Judiciário corresponde ao fator principal da abordagem trazida em **O PROJETO DE EXTENSÃO “FALANDO EM FAMÍLIA” EM NÚMEROS: OS BENEFÍCIOS DO CONSENSO QUANDO OS LAÇOS MATRIMONIAIS SE ROMPEM**, de Dirce do Nascimento Pereira, Dheiziane da Silva Szkut, Isadora de Souza Rocha, Mariana Vargas Fogaça e Zilda Mara Consalter, ao apresentar a composição dos conflitos como mecanismo mais eficaz para minimizar as tensões familiares e resguardar vulneráveis dos embates que ocorram.
- Oriundo das atividades de extensão que dialogaram sobre controle social democrático, Andressa Kolody, Dan Junior Alves Nolasco Belém e Emilie Faedo Della Giustina analisam, em **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SERVIÇO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO**, refletem criticamente os contributos dos projetos Controle social: estudos e vivências no município de Guarapuava e Democracia e controle social: perspectivas e vivências no município de Guarapuava-PR para a comunidade local.
- Ao ressaltar que o superendividamento corresponde a um dos incômodos da atualidade, Vanessa Trindade Nogueira, Alexandre Reis e Fernanda Pires Jaeger, em **CLÍNICA DE FINANÇAS: EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL DE CUIDADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SUPERENDIVIDAMENTO**, enfatizam o auxílio do mencionado projeto de extensão para reorganização financeira daqueles atendidos.
- **JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE NESTE PROCESSO**, de Flávia Maria Lourenço da Costa, Mayara Felix Sena Nunes e Wesley Werner da Silva Nunes, aponta a aplicação da metodologia da justiça restaurativa como adoção capaz de minimizar a ocorrência de comportamentos violentos em realidade escolar.
- A escola como ambiente potencializador do exercício de cidadania é explicado em **FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA, JUVENTUDES E GÊNERO: DO LEGAL AO REAL EM ESCOLAS PAULISTAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, de Matheus Estevão Ferreira da Silva e Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, com suporte na compreensão e proposta de igualdade de gênero.
- Em **EDUCAÇÃO E ESCOLA NA FILOSOFIA DE SÓCRATES A PARTIR DA REFLEXÃO CORPO E ALMA**, Aline Carla da Costa e Cláudio Roberto Brocanelli discorrem o pensamento corpo e alma dentro da realidade escolar.
- Em decorrência do elevado quantitativo de conteúdos que versam sobre direito e literatura no âmbito dos encontros do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), precisamente no grupo de trabalho Direito, Arte e Literatura, Pedro do Amaral Fernandez Ruiz e Iara Pereira

Ribeiro buscam o estabelecimento de uma sistematização de resultados e de produção desses estudos em **PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO E LITERATURA NO BRASIL**.

- Alcançando a relação direito e arte, marcada agora na música, temos, em **DIREITO E ARTE: A APRECIÇÃO MUSICAL COMO SUPORTE AO ENSINO JURÍDICO**, de Rui Carlos Dipp Júnior e Leilane Serratine Grubba, o aporte musical como estratégia e ferramenta didático-pedagógica para o ensino jurídico.

Dentro desse imenso arcabouço que une **Direito e Sociedade**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DIREITO E LITERATURA: APONTAMENTOS ACERCA DA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA	
<i>Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905071	
CAPÍTULO 2	18
A INCIDÊNCIA DOS DIREITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS	
<i>Daniela Lavina Carniato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905072	
CAPÍTULO 3	29
DIREITO AO ESQUECIMENTO: A DIGNIDADE DOS “EX- PRESIDÁRIOS” E SUAS FAMÍLIAS	
<i>Luciano Lavor Terto Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905073	
CAPÍTULO 4	41
A INTERNET DAS COISAS NA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DE UMA SOCIEDADE UBÍQUA	
<i>Alberto Mateus Sábatto e Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905074	
CAPÍTULO 5	53
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O DIREITO À CIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO ESTRATÉGICO DE BOA VISTA	
<i>Bruna Rodrigues de Oliveira</i>	
<i>Rodrigo Ávila</i>	
<i>Sued Trajano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905075	
CAPÍTULO 6	66
EFETIVIDADE DO DIREITO À MORADIA NA COMUNIDADE PORTO DE AREIA	
<i>Daniela Campos Libório</i>	
<i>Mariana Vilela Corvello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905076	
CAPÍTULO 7	76
DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA POTÁVEL	
<i>Juliana Caixeta de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905077	
CAPÍTULO 8	89
AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DE UMA LEITURA INTERPRETATIVA CONSTITUCIONAL DA LEI 12.711/2012	
<i>Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra</i>	

Rômulo Soares Cattani
Maria Paula da Rosa Ferreira
Thomaz Delgado de David
João Antônio de Menezes Perobelli

DOI 10.22533/at.ed.4291905078

CAPÍTULO 9 95

ENTRE O FATO E A FANTASIA: A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA E A OBRA *1984*, DESFAZENDO A ILUSÃO POR TRÁS DOS REGIMES DITATORIAIS

Giulia Alves Fardim
Rafael Carrano Lelis

DOI 10.22533/at.ed.4291905079

CAPÍTULO 10 113

MILITARES EM REVOLTA: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA GUERRA DA COREIA (1950-1953)

Ricardo Santos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.42919050710

CAPÍTULO 11 123

MENDIGANDO SALUD: PROBLEMÁTICA DE ATENCIÓN EN SALUD- PERSONAS PRIVADAS DE LA LIBERTAD

Elsa Carolina Giraldo Orejuela

DOI 10.22533/at.ed.42919050711

CAPÍTULO 12 136

DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL À SAÚDE NOS PRESÍDIOS FEDERAIS BRASILEIROS E A TEORIA DA TRANSNORMATIVIDADE

Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira

DOI 10.22533/at.ed.42919050712

CAPÍTULO 13 150

A PÍLULA DO MILAGRE: O CASO DA FOSFOETALONAMINA SINTÉTICA

Rodrigo Cerqueira de Miranda

DOI 10.22533/at.ed.42919050713

CAPÍTULO 14 161

RESPONSABILIDADE CIVIL DIANTE DOS IMPACTOS CAUSADOS POR EXPOSIÇÃO AOS AGROTÓXICOS À SAÚDE HUMANA

Susan Costa
Manoel Baltasar Baptista da Costa
Hildebrando Herrmann

DOI 10.22533/at.ed.42919050714

CAPÍTULO 15 177

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO ESCRAVO: UMA ANÁLISE DO SEU COMPORTAMENTO NO ESTADO DE GOIÁS

Cláudia Glênia Silva de Freitas

CAPÍTULO 16 190

“A SENZALA MODERNA É O QUARTINHO DA EMPREGADA”: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE VIDA DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL

Camila Rodrigues da Silva

Thiago Henrique de Almeida Bispo

DOI 10.22533/at.ed.42919050716

CAPÍTULO 17 201

REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA E OS PREJUÍZOS DA FLEXIBILIZAÇÃO/PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS: ANÁLISE DA VALORAÇÃO DOS ACORDOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO

Marcelo Gomes Balestrin

Jales Ferreira das Neves

DOI 10.22533/at.ed.42919050717

CAPÍTULO 18 215

O PROJETO DE EXTENSÃO “FALANDO EM FAMÍLIA” EM NÚMEROS: OS BENEFÍCIOS DO CONSENSO QUANDO OS LAÇOS MATRIMONIAIS SE ROMPEM

Dirce do Nascimento Pereira

Dheiziane da Silva Szekut

Isadora de Souza Rocha

Mariana Vargas Fogaça

Zilda Mara Consalter

DOI 10.22533/at.ed.42919050718

CAPÍTULO 19 230

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SERVIÇO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO

Andressa Kolody

Dan Junior Alves Nolasco Belém

Emilie Faedo Della Giustina

DOI 10.22533/at.ed.42919050719

CAPÍTULO 20 241

CLÍNICA DE FINANÇAS: EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL DE CUIDADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SUPERENDIVIDAMENTO

Vanessa Trindade Nogueira

Alexandre Reis

Fernanda Pires Jaeger

DOI 10.22533/at.ed.42919050720

CAPÍTULO 21 248

JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE NESTE PROCESSO

Flávia Maria Lourenço da Costa

Mayara Felix Sena Nunes

Wesley Werner da Silva Nunes

DOI 10.22533/at.ed.42919050721

CAPÍTULO 22	256
FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA, JUVENTUDES E GÊNERO: DO LEGAL AO REAL EM ESCOLAS PAULISTAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Matheus Estevão Ferreira da Silva</i> <i>Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.42919050722	
CAPÍTULO 23	268
EDUCAÇÃO E ESCOLA NA FILOSOFIA DE SÓCRATES A PARTIR DA REFLEXÃO CORPO E ALMA	
<i>Aline Carla da Costa</i> <i>Cláudio Roberto Brocaneli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.42919050723	
CAPÍTULO 24	280
PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO E LITERATURA NO BRASIL	
<i>Pedro do Amaral Fernandez Ruiz</i> <i>Iara Pereira Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.42919050724	
CAPÍTULO 25	293
DIREITO E ARTE: A APRECIÇÃO MUSICAL COMO SUPORTE AO ENSINO JURÍDICO	
<i>Rui Carlos Dipp Júnior</i> <i>Leilane Serratine Grubba</i>	
DOI 10.22533/at.ed.42919050725	
SOBRE O ORGANIZADOR	300

JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE NESTE PROCESSO

Flávia Maria Lourenço da Costa

Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES,
Santos, São Paulo

Mayara Felix Sena Nunes

Universidade Santa Cecília – UNISANTA,
Santos, São Paulo

Wesley Werner da Silva Nunes

Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES,
Santos, São Paulo

RESUMO: O presente trabalho apresenta um relato de prática docente, por meio da aplicação da metodologia da Justiça Restaurativa na Educação, que surgiu da vontade de trazer novos caminhos que trouxessem a transformação de comportamentos violentos no âmbito escolar. Sendo assim, a Justiça Restaurativa neste caso é um contraponto da Pedagogia Tradicional, que oferecia o controle sobre o outro como solução para a vida do estudante. Esta pesquisa tem como objetivo verificar a importância de implantar a Justiça Restaurativa na escola por meio dos Processos Circulares e quais são os resultados que esta aplicação oferece, bem como verificar se os vínculos afetivos são efetivamente estreitados a partir da consolidação das abordagens restaurativas. Visamos avaliar em que medida o sentimento de pertencimento do grupo pode contribuir para que todos possam ter uma convivência saudável

promovendo uma aprendizagem significativa, contribuindo para a formação de um ser humano integral e que tenha a empatia como ponto de partida em suas relações interpessoais. Para isso, adotamos a Metodologia da Pesquisa-Ação para coleta de dados, aliada a Revisão Bibliográfica que pautaram as intervenções pedagógicas aplicadas em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Santos, com uma turma de alunos do 3º Ano do Ensino Fundamental I.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Identidade, Justiça Restaurativa, Processos Circulares, Santos

RESTORATIVE JUSTICE IN EDUCATION: THE IMPORTANCE OF IDENTITY IN THIS PROCESS

ABSTRACT: The present work presents a report of teaching practice, through the application of the methodology of Restorative Justice in Education, which arose from the desire to bring new paths that lead to the transformation of violent behaviors in the school context. Thus, Restorative Justice in this case is a counterpoint to Traditional Pedagogy, which offered control over the other as a solution to the student's life. This research aims to verify the importance of implementing Restorative Justice in school through Circular Processes and what are the results that this application offers, as well as to

verify if the affective bonds are effectively narrowed by consolidating the restorative approaches. We aim to assess the extent to which the group's sense of belonging can contribute to everyone's healthy coexistence by promoting meaningful learning, contributing to the formation of an integral human being and having empathy as a starting point in their interpersonal relationships. For this, we adopted the Action-Research Methodology for data collection, allied to the Bibliographic Review that guided the pedagogical interventions applied in a school of the Municipal Network of Teaching of Santos, with a group of students of the 3rd Year of Elementary Education I.

KEYWORDS: Education, Identity, Restorative Justice, Circular Processes, Saints

1 | INTRODUÇÃO

O homem é um animal complexo, difere dos demais animais por não apenas possuir uma consciência dos seus atos – “eu sei”, mas sim, pela capacidade de mentalizá-los, isto é, a autoconsciência – “eu sei, que sei”. Condição esta que é a principal fonte de uma criação inerentemente humana, a cultura.

Logo, a cultura deve ser compreendida como o processo de “desnaturalização” do ser humano, se relacionando com a produção dos bens simbólicos, com os modos de pensar e também com os modos de agir de determinada sociedade/comunidade.

Segundo Edgar Morin (2000, p.15), o ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano.

É preciso restaurá-la, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos.

Tais atributos se manifestam por meio das habilidades de comunicar e trocar, as quais são características universais das sociedades humanas. Trocamos bens econômicos, técnicas, conhecimentos em geral, valores e crenças. Uma troca fundamental é a que ocorre entre as gerações, garantindo a continuidade de uma cultura no tempo.

Apesar dessa continuidade, todas as culturas são dinâmicas, ou seja, se transformam ao longo do tempo. De tal modo, em uma determinada cultura, é possível identificar, através da análise histórica, as mudanças e as permanências.

A linguagem de um povo, por exemplo, incorpora palavras de outras línguas, muda a maneira de escrever e pronunciar palavras antigas, deixa de usar outras.

Novas descobertas, novas experiências, esforços para resolver problemas fazem com que a cultura de um povo mude.

A escrita, por exemplo, foi criada por povos do passado em resposta a determinados problemas que enfrentaram: necessidade de conservar as fórmulas de

rituais religiosos, de registrar o volume de cereais colhidos, as oferendas do povo ao templo, os grandes feitos dos monarcas e dos heróis, etc.

Desta maneira, a escrita, ao resolver esses problemas, mudou a vida dos povos que a criaram, fazendo surgir uma nova realidade cultural.

Outros exemplos de criações humanas que estão ligadas a profundas transformações nas vidas dos povos antigos, são a domesticação de animais, a agricultura, a roda, a fundição de metais.

Nos contatos entre os povos, ocorrem trocas de conhecimentos, crenças, técnicas, produtos.

Essas trocas também explicam o dinamismo das culturas, mas é preciso enfatizar que a assimilação cultural não é simples imitação.

Um povo só incorpora um determinado valor cultural se ele fizer sentido no conjunto geral da sua cultura. Isso significa que a assimilação cultural se faz por um complicado processo de recriação.

O esquimó, por exemplo, achou interessante as bebidas alcólicas levadas pelos europeus, passando a usá-las e a desejá-las, mas não fez o mesmo com o paraíso cristão, considerado sem sentido e pouco atraente, entre outras coisas, por não ter focas.

A assimilação se faz, portanto, por meio de uma elaboração dos elementos culturais novos. De tal forma que toda assimilação cultural é também um ato de criação.

Colocamos arcos e flechas indígenas na parede, dando a esses objetos uma função decorativa que não tinham originalmente, uma vez que foram feitos para caçar ou guerrear.

As diferenças culturais se explicam, então, pelos problemas diferentes enfrentados por cada comunidade humana e por soluções singulares dadas para problemas comuns a todos os povos: acasalar, ter e criar filhos, produzir alimentos, se abrigar, ou até mesmo, mascar folhas de cocas, enquanto solução para os efeitos da altitude; ou construir iglus para abrigo em regiões geladas; canais de irrigação e diques para necessidade de aumentar a produção agrícola.

Soluções originais para problemas semelhantes. Problemas singulares originaram manifestações culturais diferenciadas.

O processo de interação entre o sujeito e determinado grupo social, constitui a sua formação identitária, seja no aspecto social, histórico ou cultural, ou seja,

[...] a identidade está profundamente relacionada com o Eu ou a consciência de si. Somos levados a supor que a permanência do mesmo ocorre de forma privilegiada nesse patamar da personalidade; daí a oposição habitual entre o Eu e o outro. Seja para afirmar a proximidade ou para assinalar a distância, seja para marcar a afinidade ou o antagonismo, a relação entre o Eu e o outro tem sido, ao longo da História, um exemplo característico. Contudo, é possível encontrar casos em que a busca da identidade, como conhecimento de si, e ao mesmo tempo a tentativa de conhecer o outro (SILVA, 2012, p. 18).

Tal processo evidencia como se forma a identidade individual, aquilo que nos torna singulares e a social aquilo que coloca como membros de um dado grupo social, em que partilhamos dos elementos culturais que se apresentam como os instrumentos simbólicos de significantes e significados para sociedade.

Dessa maneira compreendendo o processo de interação entre os seres humanos como algo vital e inerente ao processo de formação identitária, na esfera individual e social do sujeito inserido em sociedade, é relatada uma experiência em que a comunicação por meio da Metodologia da Justiça Restaurativa e dos Processos Circulares fomentou um processo qualitativo na vida social dos estudantes e mediadores envolvidos na atividade.

2 | A JUSTIÇA RESTAURATIVA E OS CIRCULOS RESTAURATIVOS

A Justiça Restaurativa (ZEHR, 2015) é um processo coletivo utilizado para resolver conflitos decorrentes da convivência humana em sociedade, por meio da reparação de danos entre as partes envolvidas, pois,

[...] o conflito nasce da vida, ao invés de ver o conflito como ameaça, devemos entendê-lo como uma oportunidade para crescer e aumentar a compreensão sobre nós mesmos, os outros e nossa estrutura social. Os conflitos nos relacionamentos de todos os níveis são o modo que a vida encontrou para nos ajudar a parar, avaliar e prestar atenção. Uma forma de conhecer verdadeiramente nossa condição humana é reconhecer o dom que o conflito representa em nossa vida. Sem ele a vida apresentaria uma topografia monótona e plana marcada pela mesmice, e os relacionamentos seriam muito superficiais. (LEDERACH, 2012, p. 31).

Assim, temos posto que o *conflito também gera vida: através do conflito nós reagimos, inovamos e mudamos. Ou seja, o conflito pode ser entendido como o motor da mudança, como aquilo que mantém os relacionamentos e as estruturas sociais honestas, vivas e dinamicamente sensíveis às necessidades, aspirações e ao crescimento do ser humano (LEDERACH, 2012, p. 31)*. Porém, são muitas as definições para esta prática por se tratar de um assunto que abrange muitos segmentos de cunho interpessoal, onde não é possível se obter respostas prontas para tudo. Neste sentido, a Justiça Restaurativa está contida de muitas influências e aberta para outras que certamente ainda virão com o passar do tempo, e na sua prática se vê

[...] as relações entram em colapso, o centro da mudança social não se sustenta. Correspondentemente, a reconstrução do que desmoronou é essencialmente o processo de reconstruir espaços relacionais que mantêm as coisas juntas. Os espaços relacionais, paradoxais por sua própria natureza, criam uma energia social simultaneamente centrípeta e centrífuga. Mas ao contrário da anarquia que é como explodir em um milhão de pedaços, a construção da paz compreende que as relações criam e emanam energia social, e são lugares para onde retorna a energia para um senso de propósito e de direção". (Lederach, 2005, p. 85)

Na Justiça Restaurativa utilizamos os Processos Circulares ou Círculos de Paz para colocarmos toda a sua metodologia em prática. Esses processos são instrumentos que se baseiam primeiramente na contação da história de cada indivíduo e em todo o entorno que faz parte do contexto. Toda esta fase nos permite fazer uma leitura da situação conflitante, bem como geralmente detectamos pontos cruciais que precisam vir a tona. Os participantes destes processos circulares (PRANIS, 2010) possuem a oportunidade de expor tudo aquilo que os incomoda e que diretamente ou indiretamente acaba trazendo prejuízos e inquietando e até atingindo a identidade da pessoa que encontra-se fragilizada e vulnerável. Esta metodologia faz com que as pessoas troquem experiências através de um diálogo saudável, equilibrado e coerente, estimulando um processo comunicativo, respeitoso, calmo, franco e sem nenhum tipo de agressividade, não cabendo também punições e nem julgamentos pessoais.

3 | METODOLOGIA

Esse trabalho teve como objetivo avaliar em que medida a aplicação do Processo Circular direcionado à construção da identidade, em alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I, pôde modificar comportamentos violentos dentro do âmbito escolar e como isso reverberar na sociedade colaborando para uma convivência mais pacífica, com vistas na Cultura da Paz. Na intenção de perceber quais são os pontos fundamentais que brotariam de um processo circular voltado a promoção de um ambiente mais humanizado e empático por meio da construção da identidade (BAUMAN, 2004), aplicamos o mesmo com uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental I.

A metodologia da pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos (THIOLLENT, 2007). Para tanto, optamos pelo tipo de pesquisa qualitativa, na modalidade de coleta de dados, de pesquisa – ação, pois o pesquisador atuará e participará diretamente do processo de observação, do fenômeno estudado, como afirma:

"um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo" (THIOLLENT, 2007, p. 14).

A metodologia da pesquisa-ação proporciona a construção de conhecimentos com a ação educativa, pois fomenta a investigação, e produz conhecimentos sobre a realidade a ser estudada, de maneira a criar condições para o enfrentamento da temática abordada. O participante da pesquisa-ação vive a realidade observada, portanto é um sujeito-parceiro das investigações definidas coletivamente, com o pesquisador acadêmico. Como a própria metodologia escolhida para realização da

atividade pressupõe era vital que o Professor, enquanto mediador do círculo também participasse ativamente do processo de comunicação ali vivenciado por todos os envolvidos, de tal modo que o ato de ouvir e falar permitiram um dialogo fomentador da prática da convivência democrática e cidadã.

4 | RELATO E RESULTADOS

Fizemos três Círculos com os alunos do 3º Ano do Ensino Fundamental I, o primeiro deles foi um Pré-Círculo que objetivou levar ao conhecimento de todos os participantes detalhes de tudo o que iria acontecer no Círculo principal, deixando claro que a participação era voluntária, bem como falando sobre todos os passos do Círculo. Além disso, falamos que o Círculo seria voltado para o estado emocional de cada um deles e que seria oferecido um ambiente dialógico sem ofensas, onde cada um falaria somente de si.

No segundo Círculo escolhemos fazer um Círculo de Convivência que permite que os participantes possam falar sobre peculiaridades do seu dia a dia e neste caso este Círculo foi chamado de “Quem eu sou e o que penso sobre mim?”. Preparamos quatro perguntas disparadoras: 1) Como você chegou aqui nesse Círculo? 2) Em que momento você se sente desvalorizado na sua vida? 3) Em que momento você se sente valorizado na sua vida?, 4) O que este Círculo representou para você no dia de hoje?

Reunimos 21 alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I que faziam parte de uma sala de aula que apresentava um índice de indisciplina e agressividade muito alto. Estes conflitos tinham na sua maioria relação seu cerne a família e assim toda violência que traziam dos seus lares. Assim sendo, acabavam por reproduzir estas ações dentro da escola e muitos destes alunos apresentavam agressividade, apatia, baixa alta estima e isolamento. Encontramos na Justiça Restaurativa através dos Processos Circulares, uma nova ferramenta que veio para nos auxiliar nestas situações. Diante da prática dos Círculos ficou claro que esse quadro prejudicava muito a ação da professora, que se deparava com muitos obstáculos prejudicando sua atuação. Haviam se perdido as regras, os combinados e os limites da boa convivência e neste Círculo tiveram a oportunidade de “vez e voz”.

Foi criado um ambiente seguro e dialógico oportunizando com que todos pudessem ouvir e falar sobre quem eram e o que sentiam. Os alunos relataram os fatos e as condições que estavam vivendo e puderam pensar sobre suas ações e o mais importante o que elas acarretam na vida das pessoas que estão a sua volta. Com as perguntas disparadoras os sentimentos e a autorreflexão vieram à tona e ofereceram a eles a oportunidade de repensar sobre a causa que estava fazendo com que cada um deles estivessem agindo daquela maneira e o mais importante foi fazê-los pensar em quais os resultados que suas ações estavam causando nos colegas de classe, em outras pessoas que trabalham na escola e também como estavam agindo

com a própria família e com a comunidade. O Processo Circular (PRANIS, 2010) oportunizou lembrar estes alunos sobre coisas que no fundo eles já sabiam, mas que faziam questão de esquecer tais como os problemas familiares. Também assegurou para todos os alunos do 3º ano a oportunidade de serem ouvidos sem julgamentos, eles perceberam que os conflitos viraram rapidamente mal-entendidos e também uma forma de extravasarem suas insatisfações de forma errada descontando em quem não merecia.

Uma aluna relatou o quanto se sentia infeliz porque seus pais estavam se separando e a culpa era dela. Sentia-se mal porque a mãe disse a ela que se continuasse sendo bagunceira a internaria num orfanato. Esta menina vinha à escola agressiva, xingando e batendo nos colegas e quando abordada tampava os ouvidos e se recusava falar. Após o Círculo disse que reconhecia que não estava agindo corretamente e pediu desculpas aos amigos pedindo para abraçar um a um. Além disso, a professora pode fazer um relatório e chamar os pais para conversar a respeito tentando buscar uma solução concreta para o caso. Um aluno relatou que estava triste porque os colegas tiravam sarro dele por ter cabelo comprido, isso deixava-o nervoso e ele acabava ficando revoltado e com raiva de todos. Após falar isso no Círculo os colegas se desculparam e deram um abraço coletivo. No final do Círculo o aluno disse que estava se sentindo aliviado e amado.

Já para ASSUNÇÃO; YAZBEK (2014, p. 51) o pedido de desculpas genuíno, quando oferecido por alguém que não foi forçado a fazê-lo, é um reconhecimento de seu erro que empodera a vítima para aceitá-lo ou não. Esta atitude automaticamente repara danos, tendo em vista que a vítima reconhece que o agressor fez aquilo por vontade própria baseada unicamente na sua consciência e no seu juízo de valores. Portanto, estes Círculos despertaram neste grupo o sentimento da união, da amizade e da empatia fazendo-os perceber que a individualidade é destrutiva nas relações e que só podemos viver bem se todos a nossa volta estiverem na mesma frequência, a cultura do egoísmo foi substituída pela cultura solidária. A chamada Cultura da paz trouxe para estes alunos um novo olhar, perceberam que uns precisam dos outros, a interdependência faz parte de todas as relações. Estes alunos relataram que tinham carência de afeto e atenção, que sentem falta de seus pais e falaram sobre o pouco espaço que possuem para dialogar, enfatizaram que suas emoções não são levadas a sério e todas estas frustrações apareceram no Processo Circular.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação da aplicação da referida metodologia no 3º Ano do Ensino Fundamental I representou milhares de crianças que se sentem invisíveis a tudo e a todos e que só querem atenção para que possam ter um desenvolvimento integral, tão necessário para a Paz Mundial. Tal atividade evidenciou que esses alunos absorveram

a ideia de que as ameaças e a agressividade não mudam nenhuma situação conturbada e só pioram a situação, ficou evidente que as recompensas dadas a eles sem afeto de nada acrescentam, pelo contrário muitas vezes causam ainda mais revoltas. Dentro desta perspectiva entre a Identidade e Justiça Restaurativa pudemos perceber que, esse casamento gera um grande processo reflexivo. O envolvimento entre elas certamente não se resume num processo de desenvolvimento que pode se concretizar de maneira individual, pelo contrário, sabemos que a existência humana está mergulhada num mundo que está impregnado de valores morais e éticos que se misturam a todo tempo e é este o desafio. Assim sendo, precisamos buscar novos caminhos para a condução homogênea entre as pessoas, onde a identidade transparente possa ser de fato alvo para o crescimento, para as aceitações, para a evolução e para a Cultura de Paz. Outro fato pertinente para avaliação positiva da atividade realizada foi o fato da professora nos relatar que o Círculo contribuiu para que ela pudesse tomar algumas providências junto a família que até aquele momento não tinha conseguido detectar, acabou dizendo que o Círculo abriu caminho para as suas práticas pedagógicas que agora tomariam um novo rumo devido ao novo olhar que ela estava tendo diante dos seus alunos.

REFERÊNCIAS

AMSTUTZ, Lorraine Stutzman.; MULLET, Judy H. **Disciplina restaurativa para escolas: responsabilidade e ambientes de cuidado mútuo.** São Paulo: Palas Athena, 2012.

ASSUNÇÃO, Cecília Pereira de Almeida.; YAZBEK, Vania Curi. Justiça **Restaurativa em desenvolvimento.** In. GRECCO, Aimée. Et. al. Justiça Restaurativa em ação: práticas e reflexões. São Paulo: Dash, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez/Brasília: UNESCO, 2000.

PRANIS, Kay, Pranis. **Processos Circulares.** São Paulo: Palas Athena, 2010.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **O outro.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 15.ed. São Paulo: Cortez, 2007

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa.** São Paulo: Palas Athena, 2015.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **ORCID:** orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-442-9

